

Capítulo 2

Contexto geográfico

Ivanira Falcade

Introdução

A área delimitada da Indicação de Procedência (IP) Campanha Gaúcha (Figura 2.1) é uma região localizada no oeste-sudoeste do Rio Grande do Sul (ver Capítulo 1), no contexto da faixa de fronteira brasileira (Brasil, 1979, 1980; IBGE, 2016a, 2017a, 2019) com o Uruguai e a Argentina, tradicionais países vitivinícolas. O contexto geográfico da região da IP Campanha Gaúcha tem marcas profundas relacionadas aos fatores coloniais e contemporâneos de organização do espaço e aos processos naturais, presentes e pretéritos.

A partir do século XVII, a região onde se localiza a IP Campanha Gaúcha e o Rio Grande do Sul foi palco de muitas batalhas, nas disputas entre as metrópoles espanhola e portuguesa,



Figura 2.1. Mapa mostrando a localização da região da Indicação de Procedência Campanha Gaúcha em relação ao Brasil, aos países limítrofes, do Uruguai e Argentina, e à América do Sul.

resultando em avanços e recuos dos limites, como evidenciam os Tratados de Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1801), que mudaram este território de nacionalidade diversas vezes (IBGE, 2000), em um sistema colonial que aprisionou, subjugou e expulsou indígenas, ocupando a terra e disseminando o gado. Enquanto os espanhóis ocuparam o território vindos pelo oeste, os portugueses estruturaram a conquista e avançaram pelo leste.

Sob o domínio português, a região foi sendo ocupada a partir de doações de terras a seus súditos, medidas em braços de sesmarias. Essas doações originaram grandes propriedades que, nos campos em planícies e colinas, criavam bovinos de corte, ovinos, muares, equinos, entre outros, constituindo uma sociedade patriarcal com trabalhadores, inicialmente escravos, depois livres, mas dependentes. Nos séculos XIX e XX, a adoção da agricultura em extensas áreas, cultivadas inicialmente com trigo e arroz, depois também soja e silvicultura, manteve a estrutura da grande propriedade, localmente denominadas fazendas ou estâncias (Silveira, 1979; Pesavento, 1980, 1993; Costa, 1988; Falcade, Bacchi, 1993; Heidrich, 2000; Franzen, 2003; Garcia, 2010).

Desde o início, os trabalhadores desses campos percorriam longas distâncias no lombo do cavalo. Esse sujeito, vestido com pobre indumentária, foi denominado de *gaucho* e *gaúcho*, respectivamente, em espanhol e em português, palavras cuja origem apresentam controvérsias: com variações, podem significar órfão, em quéchua (língua de povos andinos); ou pastor de animais, a partir do árabe (Oliven, 1993; Freitas, Silveira, 2004). Na evolução do uso das palavras, passou a ser um dos gentílicos para quem nasce no Rio Grande do Sul, muito usado nas últimas décadas.

A evolução político-administrativa, social e econômica da região, inclusive com reflexos nas posições geopolíticas dos países fronteiriços, manteve a estrutura do território resultante desses processos que se caracteriza, ainda hoje, por uma malha municipal de grandes dimensões (Figura 1.4), cuja divisão foi lenta, com estruturas urbanas pequenas e pouco integradas, infraestrutura insuficiente, em um imenso espaço rural de baixa densidade demográfica, conforme evidencia a Tabela 2.1.

Contudo, uma mudança na estrutura agrária regional começou em fins do século XX, com o estabelecimento de dezenas de assentamentos da reforma agrária, especialmente nos municípios de Sant'Ana do Livramento, Candiota e Hulha Negra, cujas famílias realizam cultivos diversos, além de pecuária, em pequenas propriedades e em condição de trabalho familiar (Bernardes, 1997; Navarro et al., 1999; Heidrich, 2000; Chelotti; Pêsoa, 2007; Chelotti, 2009; Fontoura, 2010; Flores, 2011; Carneiro Filho et al., 2012; Rio Grande do Sul, 2014c).

Enquadramento ambiental

O sudoeste do Rio Grande do Sul apresenta marcante diversidade natural (ver Capítulos 3, 4, 5, 6, 7, 14 e 15), que se estende pelas áreas adjacentes, tanto no estado, quanto no Uruguai e Argentina (IBGE, 1986, 1990, 2007; Rambo, 1994; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2017). O relevo da região possui uma paisagem de horizontes muito amplos, diretamente relacionados com sua variada formação geológica de rochas pré-cambrianas no Planalto sul-rio-grandense, do sudeste; de sedimentos paleozóicos na Planície Central; de derrames terciários no Planalto

Tabela 2.1. Municípios da região da Indicação de Procedência Campanha Gaúcha, ordenados por ano de criação, segundo situação em 2014.

Município	Lei	Origem	Área (km ²)	População (habitante)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Taxa de urbanização (%)
Alegrete	Dec.1831	Cachoeira do Sul	7.804	77.653	9,95	89,3
Uruguaiana	58/1846	Alegrete	5.703	125.435	2,84	93,9
Bagé	65/1846	Alegrete Caçapava do Sul Piratini	4.093	116.794	28,52	89,3
Sant'Ana do Livramento	351/1857	Alegrete	6.942	82.464	11,96	90,6
Itaqui	419/1858	São Borja	3.407	38.159	11,21	87,5
Dom Pedrito	815/1872	Bagé	5.190	38.898	7,49	90,8
Quaraí	972/1875	Alegrete	3.148	23.021	7,31	91,6
Rosário do Sul	1.020/1876	Alegrete São Gabriel	4.370	39.707	9,09	88,3
Lavras do Sul	1.364/1882	Bagé Caçapava do Sul	2.601	7.679	2,95	58,6
Candiota	9.574/1992	Bagé Pinheiro Machado	934	8.771	9,39	31,1
Hulha Negra	9.579/1992	Bagé	823	6.043	7,34	43,8
Maçambará	10.646/1995	Itaqui	1.683	4.738	2,82	27,8
Barra do Quaraí	10.655/1995	Uruguaiana	1.054	4.012	3,80	72,4
Aceguá	10.766/1996	Bagé	1.548	4.394	2,84	23,7

Fonte: IBGE (2014a, 2014b, 2015a) e Rio Grande do Sul (2017).

da Campanha Gaúcha, no oeste; e de depósitos aluvionais recentes ao longo do sistema hídrico das Planícies Interiores; em síntese, é um relevo (Figura 2.2) de plano a suavemente ondulado com colinas (coxilhas, na denominação regional) cobertas por campos do bioma Pampa.

A localização da região da Campanha Gaúcha se distingue, em oposição ao nordeste do estado, ocupando uma extensa área de terrenos de baixa altitude. À leste, as altitudes médias da região são próximas de 300 m, com pontos mais elevados nos limites com a região do Planalto Sulriograndense das Serras do Sudeste; à oeste, nas cercanias da calha do rio Uruguai, a altitude diminui até 25 m; enquanto o centro está marcado por morros testemunhos, pouco superiores aos 200 m, que se destacam na paisagem da Depressão Central. O mapa da Figura 2.3 mostra os grandes setores altimétricos do Rio Grande do Sul e o contexto da IP (Ab'Saber, 1970, 1971; IBGE, 1986, 2007, 2016b; Holz; Ros, 2000; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, 2008; Hoff; Bergman, 2011; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2017; Hoff).



Figura 2.2. Mapa mostrando como a região da Indicação de Procedência Campanha Gaúcha se estende por diversas unidades geomorfológicas do Rio Grande do Sul.

A dinâmica geral da atmosfera na região recebe influência, principalmente, de três massas de ar (Figura 2.3): polar atlântica (fria e úmida), tropical atlântica (quente e úmida) e tropical continental (quente e seca), que desempenham papel preponderante na formação dos tipos climáticos predominantes com chuvas, sobretudo, frontais e efeito da continentalidade, com elevação da temperatura, nas áreas mais a oeste (IBGE, 1986; Maluf, 2000; Rossato, 2011). Essas massas de ar têm seu deslocamento influenciado pelas baixas altitudes e pelas grandes extensões e posições das formas de relevo da região.

A cobertura vegetal de campos limpos se apresenta entremeada de matas ciliares, mais ou menos extensas e densas, dependendo da maior ou menor extensão e densidade do sistema hídrico. Algumas áreas de campos, como no extremo oeste da região, apresentam espécies arbustivas/lenhosas endêmicas do bioma Pampa, como o espinilho (*Vachellia caven*) (IBGE, 1986; Rio Grande do Sul, 2014b). A importância desse bioma se reflete, entre outros aspectos, na existência de unidades de conservação, identificadas na Tabela 2.2.

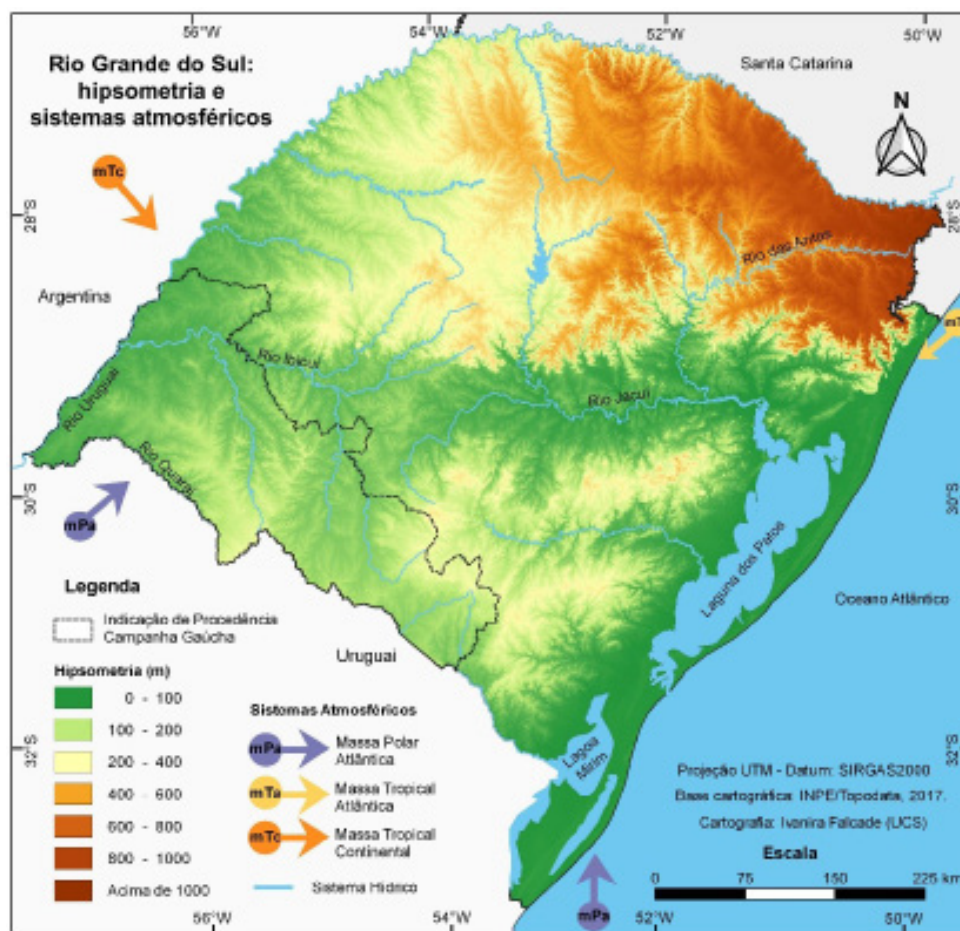


Figura 2.3. Mapa evidenciando que a Indicação de Procedência Campanha Gaúcha se localiza, principalmente, em ambiente de terrenos baixos e planos a oeste e sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, região sob a influência de diferentes sistemas atmosféricos.

A maioria das unidades de conservação foram criadas, entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, período posterior a Conferência Rio-92, quando cresceu a compreensão da importância do bioma Pampa e da sua preservação, especialmente, na forma de reservas públicas, mas também na estruturação de particulares.

Composição regional

No Brasil, a divisão regional recente foi estruturada com a criação do IBGE, em 1936, que realizou diversas regionalizações a partir dos anos 1940, delimitando diferentes áreas com características naturais e do território (Lima et al., 2002). Nas últimas décadas, muitas instituições públicas estaduais têm delimitado regiões específicas com distintos objetivos, como aquelas propostas pelo estado do Rio Grande do Sul. As indicações geográficas se inserem nesse contexto de regionalização pública, embora para sua estruturação também ocorram ações de instituições privadas, e seu uso prático seja eminentemente privado, tanto de produtos como de serviços.

Tabela 2.2. Áreas naturais protegidas na região da Indicação de Procedência Campanha Gaúcha, em 2012.

Unidade de conservação	Ano de criação	Localização	Área (ha)
Reserva Biológica do São Donato (Estadual)	1975	Itaqui e Maçambará	4.392,00
Reserva Biológica de Ibirapuitã (Estadual)	1976	Alegrete	351,42
Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã (Federal)	1992	Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Sant'Ana do Livramento	317.019,85
Parque Estadual do Espinilho (Estadual)	2002	Barra do Quaraí	1.617,14
Fazenda Branquilha (RPPN) ⁽¹⁾	1996	Dom Pedrito	13,00
Fazenda Caneleira (RPPN)	1996	Dom Pedrito	45,00
Reserva dos Mananciais (RPPN)	2000	Dom Pedrito	11,11

⁽¹⁾ RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural.
 Organização: Ivanira Falcade, 2017.
 Fonte: Rio Grande do Sul, (2014b).

No âmbito brasileiro, as principais divisões regionais foram as seguintes: 1) regiões fisiográficas (1942-1968); 2) microrregiões homogêneas, mesorregiões homogêneas e grandes regiões geográficas (1968-1989); 3) microrregiões e mesorregiões geográficas (1989-2017); 4) regiões geográficas intermediárias e imediatas (2017). As regiões foram definidas considerando diferentes conceitos de região, baseadas em uma complexidade de critérios conceituais e espaciais, variáveis naturais e socioeconômicas, bem como na dinâmica dos processos de fragmentação/articulação do território, recebendo, ao longo do tempo, alterações na sua composição municipal (Guimarães, 1941; IBGE, 1942, 1970, 1990, 2000, 2015a, 2015b, 2017b; Peres, 1980; Mesquita, 1984; Contel, 2014).

Para o Rio Grande do Sul, foram publicados estudos com outras regionalizações, como aquelas de Pacheco (1956); Fortes (1959); Neves e Abrantes (1967); Costa (1983, 1988); Bernardes (1997); inclusive, com finalidade de políticas públicas, como o Programa de Investimentos Integrados (Rio Grande do Sul, 1976); os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) (Rio Grande do Sul, 1994) e as Regiões Funcionais de Planejamento (Rio Grande do Sul, 2014a, 2017). Essas divisões regionais usaram, igualmente, conceitos, critérios e variáveis muito diversificados, relacionadas à natureza e aos processos de organização e estruturação territorial.

O oeste-sudoeste do Rio Grande do Sul foi uma região denominada pelo topônimo Campanha, tanto em regionalizações nacionais como nas propostas para o estado. As redefinições regionais tiveram diferentes composições municipais e novas denominações, como microrregião Campanha e Fronteira; ou mesorregião Sudoeste Rio-grandense, dividida em Campanha

Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional [do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)]; ou como Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Fronteira Oeste e Corede Campanha (do governo do Rio Grande do Sul). Nessas regionalizações, o termo gaúcho foi usado em descrições e análises, destacando a socioeconomia e características ambientais, diferenciando-as não só das regiões adjacentes das Missões, Central e Sudeste, como também das regiões da Serra e do Nordeste do estado.

A área geográfica delimitada da Indicação de Procedência Campanha Gaúcha é uma nova região (Figura 2.4), que também se localiza no oeste-sudoeste do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina, em contexto territorial semelhante às composições regionais referidas. Porém, a região da IP de vinhos é diferente, inclusive, do conjunto das microrregiões Campanha Ocidental, Central e Meridional ou da região Funcional de Planejamento 6, pois considerou os objetivos específicos de referir e representar o território do vinho da Campanha Gaúcha, tanto no âmbito nacional como internacional.



Figura 2.4. Mapa destacando a Indicação de Procedência Campanha Gaúcha no contexto de regionalizações do estado do Rio Grande do Sul, em vigor no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplog), em 2017.

Elaboração: Ivanira Falcade.

Muitas das características territoriais da Campanha Gaúcha, tanto de preponderância natural como econômico-social, se estendem em *continuum* pelos países vizinhos, Uruguai, ao sul, e Argentina, à oeste; e, no Rio Grande do Sul, se mesclam com características das regiões adjacentes, transicionando à noroeste para a região das Missões; ao centro para a Depressão Central; e ao leste para as Serras do Sudeste, com as denominações das macrorregiões Noroeste Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense (Figura 2.4).

Nesse contexto natural e territorial, a vitivinicultura comercial ganhou impulso a partir da década de 1970. Esse movimento se intensificou após os anos 2000, período em que a região se consolidou como um novo polo vitivinícola brasileiro, levando os produtores locais a se organizarem para estruturar e implementar a Indicação Geográfica para os vinhos da Campanha Gaúcha.

Referências

AB'SABER, A. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO, 3., 1971, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Edgar Blucher /EDUSP, 1971. p.1-14.

AB'SABER, A. N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. **Geomorfologia**, n. 20, p.1-26, 1970.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUÍ/AGB, 1997.

BRASIL. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 16899, 27 ago. 1980. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114679/decreto-85064-80>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6113, 3 maio 1979. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110728/lei-6634-79>. Acesso em: 5 ago. 2005.

CARNEIRO FILHO, C. P.; SEVILLA, G. G.; AVILA, R. I. **Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território**. Porto Alegre: FEE, 2012. (Textos para discussão, 107). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>. Acesso em: 14 mar. 2014.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha**. 2009. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Tese26MarceloChelotti.pdf. Acesso em: 21 mar. 2017.

CHELOTTI, M. C.; PÉSSOA, V. L. S. Latifúndio, assentamentos rurais, florestamento: qual identidade regional da Campanha Gaúcha no século XXI? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm>. Acesso em: 13 jan. 2008.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa geológico do estado Rio Grande do Sul**. Escala 1:750.000. Rio de Janeiro: CPRM/MME, 2008. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/cartografia_regional/mapa_rio_grande_sul.pdf. Acesso em: 23 jun.2014.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**, v. 3, 2014. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/990>. Acesso em: 30 set. 2016.

COSTA, R. H. da. Rio Grande do Sul: uma proposta de regionalização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 5-9, 1983.

COSTA, R. H. da. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

FALCADE, I.; BACHI, L. C. A cartografia da ocupação do espaço platino - Séculos XVI a XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 10, 1993, Santa Rosa. **Anais [...]** Ijuí: Unijuí, 1993. p. 401-417.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos "Vinhos da Campanha"**. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/29537>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FONTOURA, L. F. M. A desigualdade regional no Brasil meridional. **GEOgraphia**, v.12, n. 24, p. 123-149, 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/386/305>. Acesso em: 29 nov. 2016.

FORTES, A. B. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

FRANZEN, B. V. **Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.

FREITAS, L. F. R. de; SILVEIRA, R. M. H. A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana. **Educação**, ano XXVII, v. 53, n. 2, p. 263-281, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/382/279>. Acesso em 20 mar. 2016.

GARCIA, F. C. **Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GUIMARÃES, F. de M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. 2, p. 342-373, abr./jun. 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2017.

HASENACK, H.; WEBER, E. J. (Org.). **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul**. Escala 1:50.000. Porto Alegre: DosAutores, 2010. 1 DVD-ROM. Disponível também em: <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/250-base-cartografica-vetorial-continua-do-rio-grande-do-sul-escala-1-50-000>.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

HOFF, R.; BERGMANN, M. Geologia do vinho: caracterização de identidade regional para viticultura no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE VITICULTURA Y ENOLOGÍA, 13., 2011, Santiago. **Anais ...** Santiago: Asociación de Ingenieros Enólogos de Chile, v. 1, 2011. p.1-5.

HOLZ, M.; ROS, L. F. de. (Eds.). **Geologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000.

IBGE. Brasil 500 anos. Território brasileiro e povoamento. Construção do território. **Território legalizado: os tratados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>. Acesso em: 30 jun. 2002.

IBGE. Cidades. Estados. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 7 dez. 2014a.

IBGE. Conselho Nacional de Geografia (Brasil). Resolução nº 77, de 17 de julho de 1941. Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das unidades federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 1, p. 221-239, 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2014.

IBGE. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas, 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017a.

IBGE. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das Folhas SH. 22 Uruguiana e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. Mapas. Cartas e mapas. **Bases cartográficas contínuas**. Escala 1:1.000.000 – BCIM versão 2016. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa218980>. Acesso em: 22 fev. 2016b.

IBGE. Mapas. Informações ambientais. Geomorfologia. **Macrocaracterização – compartimentos de relevo**. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/geomorfologia/vetores/compartimentos_relevo/GM_COMP_RELE.zip. Acesso em: 1 set. 2007.

IBGE. Mapas. Organização do território. Estrutura Territorial. **Municípios da faixa de fronteira – 2018**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222446>. Acesso em: 25 jan. 2019.

IBGE. Mapas. Organização do território. Malhas Territoriais. Malha de mesorregião. **Rio Grande do Sul - Mesorregiões 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207490>. Acesso em: 18 abr. 2015.

IBGE. Mapas. Organização do território. Malhas territoriais. Malha de microrregião – **Rio Grande do Sul - Microrregiões 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207912>. Acesso em: 18 abr. 2015.

IBGE. Mapas. Organização do Território. Malhas Territoriais. Malha de Municípios. **Rio Grande do Sul – Malha municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207884>. Acesso em: 8 dez 2017.

IBGE. Mapas. Produtos Educacionais. Mapas temáticos. Mapas do Mundo. **Países 2016**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa200007>. Acesso em: 22 fev. 2016a.

IBGE. **Municípios da faixa de fronteira**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devindo-a-mudancas-de-limites.html>. Acesso em: 16 nov. 2017b.

IBGE. **Região Sul**. 2.ed. v.2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **Topodata**. Banco de dados geomorfométricos do Brasil. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/aceso.php>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LIMA, M. H. P.; RODRIGUES, C. M.; SILVA, J. K. T.; MARTINS, P. C.; TERRON, S. L.; SILVA, R. L. De S. (Orgs.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/anexos/desenho/anexo_c_6_3_1_1_1_dtb.doc. Acesso em: 22 maio 2009.

MALUF, J. R. T. Nova classificação climática do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, v. 8, n. 1, p.141-150, 2000.

MESQUITA, Z. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaio FEE**, v. 5, n. 2, p. 95-146, 1984. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/462/696>. Acesso em: 5 ago. 2014.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: EDUFGRS, 1999, p.19-68.

NEVES, G. R.; ABRANTES, V. A. Regiões polarizadas e homogêneas. **Boletim Geográfico**, v. 26, n. 198, p. 27-40, 1967.

OLIVEN, R. G. A dupla desterritorialização da cultura gaúcha. In: Fonseca, C. (org.). **Fronteiras da cultura**. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: EDUFGRS, 1993. p. 24-40.

PACHECO, M. F. S. D. Divisão regional do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 4, v. 1, p. 7-17, 1956.

PERES, I. L. As micro-regiões homogêneas do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 20-23, p. 62-84, 1980. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3336/3408>. Acesso em: 4 nov. 2015.

PESAVENTO, S. J. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1617/1985>. Acesso em: 12 maio 2014.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Lei N° 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 17 out. 1994. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2014a.

RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário. **Atlas de regionalização e zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 1976.

RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (RS/SEPLAG). **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 7 dez. 2014c.

RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (RS/SEPLAG). **Relação de municípios do Estado, em vigor, leis de criação e origem**. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=373>. Acesso em: 14 abril 2017.

RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. (RS/SEPLAG). **Unidades de conservação**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 7 dez. 2014b.

ROSSATO, M. S. **Os climas do Rio Grande do Sul: variabilidade, tendências e tipologia**. 2011. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32620/000782660.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SILVEIRA, H. J. V. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.